

Companhia Agrícola São Jerônimo

Demonstrações financeiras
Em 31 de março de 2025

✓ 103 Agm

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Sumário

1	Contexto operacional	11
2	Base de preparação	11
3	Moeda funcional e moeda de apresentação	11
4	Uso de estimativas e julgamentos	11
5	Base de mensuração	12
6	Principais políticas contábeis	12
7	Novas normas e interpretações ainda não adotadas	20
8	Caixa e equivalentes de caixa	21
9	Contas a receber e outros recebíveis	21
10	Propriedades para investimento	21
11	Imobilizado	22
12	Obrigações reestruturadas com credores	23
13	Provisão para demandas judiciais	24
14	Patrimônio líquido	24
15	Instrumentos financeiros	25
16	Imposto de renda e contribuição social diferidos	27
17	Receita operacional líquida	28
18	Administrativas e gerais	28
19	Outras receitas (despesas) operacionais	29
20	Financeiras líquidas	29
21	Partes relacionadas	29

✓

AGB

AGB



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
COMPANHIA AGRÍCOLA SÃO JERÔNIMO

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Companhia Agrícola São Jerônimo** (“**Companhia**”), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de março de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia Agrícola São Jerônimo** em 31 de março de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

São Paulo / SP
Alameda Santos, 1940
1º andar
CEP 01418-200
(1)

✓  

Rio de Janeiro / RJ
Rua São José, 20 - 8º andar
CEP 20010-020

São Paulo / SP
Largo Pd. Péricles, 145
11º andar
CEP 01156-040
Tel. (11) 2231-1227

Manaus / AM
Rua Acre, 26 - 1º andar
CEP 69053-130
Tel. (92) 4102-0164

Ribeirão Preto / SP
Av. Maurílio Biagi, 800 – Ribeirânia,
Spasse Office, Sala 701 – (Torre da
esquina) – CEP: 14096-075
(16) 3911-6149

Vitória / ES
Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 451
19º andar - Sala 1901
CEP 29050-335



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados a sua continuidade operacional e ao uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia, cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as respectivas normas brasileiras e internacionais, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e das respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório

São Paulo / SP
Alameda Santos, 1940
1º andar
CEP 01418-200
(1)

✓ *AGM* *AGM*

Rio de Janeiro / RJ
Rua São José, 20 - 8º andar
CEP 20010-020

São Paulo / SP
Largo Pd. Péricles, 145
11º andar
CEP 01156-040
Tel. (11) 2231-1227

Manaus / AM
Rua Acre, 26 - 1º andar
CEP 69053-130
Tel. (92) 4102-0164

Ribeirão Preto / SP
Av. Maurílio Biagi, 800 – Ribeirânia,
Spasse Office, Sala 701 – (Torre da
esquina) – CEP: 14096-075
(16) 3911-6149

Vitória / ES
Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 451
19º andar - Sala 1901
CEP 29050-335



de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das atividades de negócio da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, da época da auditoria, do alcance planejado e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 09 de junho de 2025.

PP&C Auditores Independentes
CRC2SP16.839/O-0

Giácomo Walter Luiz de Paula
CRC1SP243.045/O-0
Contador

Johnatan Henrique dos Santos
CRC1SP295.723/O-0
Contador

São Paulo / SP
Alameda Santos, 1940
1º andar
CEP 01418-200
(1)

Rio de Janeiro / RJ
Rua São José, 20 - 8º andar
CEP 20010-020

São Paulo / SP
Largo Pd. Péricles, 145
11º andar
CEP 01156-040
Tel. (11) 2231-1227

Manaus / AM
Rua Acre, 26 - 1º andar
CEP 69053-130
Tel. (92) 4102-0164

Ribeirão Preto / SP
Av. Maurílio Biagi, 800 – Ribeirânia,
Spasse Office, Sala 701 – (Torre da
esquina) – CEP: 14096-075
(16) 3911-6149

Vitória / ES
Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 451
19º andar - Sala 1901
CEP 29050-335

Companhia Agrícola São Jerônimo**Balancos patrimoniais em 31 de março de 2025 e 2024***(Em milhares de reais)*

Ativo	Nota	2025	2024	Passivo	Nota	2025	2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	2	2	Salários e férias a pagar	3	3	3
Contas a receber e outros recebíveis	9	-	90	Impostos e contribuições a recolher	30	30	22
Impostos a recuperar		3	3	Imposto de renda e contribuição social a recolher	94	94	112
				Dividendos a pagar	14.5	2.483	2.611
Total do ativo circulante		5	95	Total do passivo circulante		2.610	2.748
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Obrigações reestruturadas com credores	12	68	67
Contas a receber e outros recebíveis	9	12.668	13.079	Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	84.136	84.136
Depósitos judiciais		11	11				
Total do realizável a longo prazo		12.679	13.090	Total do passivo não circulante		84.204	84.203
Investimentos				Patrimônio líquido	14		
Propriedades para investimentos	10	108	125	Capital social		3.000	3.000
Imobilizado	11	53.876	53.876	Reserva de lucros		19.990	19.990
				Reserva de reavaliação		15.073	15.073
Total do ativo não circulante		278.336	278.764	Ajuste de avaliação patrimonial		146.014	146.014
				Dividendos adicionais propostos		7.450	7.831
Total do patrimônio líquido				Total do patrimônio líquido		191.527	191.908
Total do ativo		278.341	278.859	Total do passivo		86.814	86.951
				Total do passivo e patrimônio líquido		278.341	278.859

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.




Companhia Agrícola São Jerônimo

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	17	10.698	11.149
Lucro bruto		10.698	11.149
Administrativas e gerais	18	(509)	(373)
Outras (despesas) receitas operacionais	19	(14)	4
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		10.175	10.780
Receitas financeiras	20	76	153
Despesas financeiras	20	(1)	(102)
Financeiras líquidas	20	75	51
Resultado antes dos impostos		10.250	10.831
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	(317)	(389)
Lucro líquido do exercício		9.933	10.442

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

✕ 

Companhia Agrícola São Jerônimo

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	9.933	10.442
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	9.933	10.442

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

x  

Companhia Agrícola São Jerônimo**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros							Dividendos adicionais propostos	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva especial	Reserva de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados			
Saldos em 01º de abril de 2023	14	3.000	600	50.988	15.073	146.014	-	14.222	229.897	
Dividendos adicionais conforme AGOE 28 de julho de 2023		-	-	(31.598)	-	-	-	(14.222)	(45.820)	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	10.442	-	10.442	
Destinações do lucro líquido:										
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(2.611)	-	(2.611)	
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	(7.831)	7.831	-	
Saldos em 31 de março de 2024	14	3.000	600	19.390	15.073	146.014	-	7.831	191.908	
Dividendos adicionais conforme AGOE 26 de julho de 2024		-	-	-	-	-	-	(7.831)	(7.831)	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	9.933	-	9.933	
Destinações do lucro líquido:										
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(2.483)	-	(2.483)	
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	(7.450)	7.450	-	
Saldos em 31 de março de 2025	14	3.000	600	19.390	15.073	146.014	-	7.450	191.527	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Companhia Agrícola São Jerônimo

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2025	2024
Lucro líquido do exercício		9.933	10.442
Ajustes para:			
Baixa do custo de outros investimentos		17	-
Variações cambiais, monetárias, encargos financeiros		(75)	(503)
Despesas de imposto de renda e contribuição social - corrente	16	317	389
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) ou diminuição dos ativos			
Impostos a recuperar		-	14
Contas a receber e outros recebíveis		(8.640)	7.168
Aumento ou (diminuição) dos passivos			
Fornecedores e outras contas a pagar		-	(11.717)
Impostos e contribuições a recolher		8	6
Imposto de renda e contribuição social pagos		(335)	(319)
Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais		1.225	5.480
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos			
Pagamento de dividendos		(1.225)	(5.481)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos		(1.225)	(5.481)
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa		-	(1)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de abril	8	2	3
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de março	8	2	2
		-	(1)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

✓ 203 Agm

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Companhia foi constituída na forma de uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com escritório na Rua Haddock Lobo, nº 746, 6º andar, sala 4, Cerqueira César, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. A Companhia atua principalmente na produção de cana-de-açúcar em regime de parceria agrícola por meio de instrumento contratual junto a sua controladora U.S.J. – Açúcar e Alcool S/A, sendo que a Companhia cede parte de seus imóveis rurais para a exploração agrícola. O contrato de parceria tem como premissa remuneração a preços definidos de acordo com o regulamento dos Negócios de Compra e Venda de Cana-de-açúcar no Estado de São Paulo, aprovado pelo Consecana – Conselho dos Produtores de Cana, Açúcar e Alcool de São Paulo.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas contábeis NBC TG)

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 09 de junho de 2025. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na Nota explicativa nº 6.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

(i) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas:

Nota explicativa nº 15 - Instrumentos financeiros.

✓ 103 Agm

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de março de 2025, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 6.5 (ii) – Vida útil do ativo imobilizado;

Nota explicativa nº 10 – Propriedades para investimento; e

Nota explicativa nº 16 – Imposto de renda e contribuição social diferidos.

(iii) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos e reportes diretamente a Diretoria Executiva.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros ou serviços de preços é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos das NBC TGs, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação são reportadas para o Comitê de Risco da Companhia.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 10 – Propriedades para investimentos; e

Nota explicativa nº 15 – Instrumentos financeiros.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo, e propriedades para investimentos mensuradas pelo valor justo.

6 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessa demonstração financeira.

✓ 103 Hom

6.1 Receita operacional

(i) *Venda de produtos*

A receita operacional é reconhecida quando os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos produtos forem transferidos para o comprador, for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia, os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, não haja envolvimento contínuo com os produtos vendidos e o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

A Companhia transfere os riscos e benefícios de suas modalidades de acordo com o descrito a seguir:

a. *Vendas de cana-de-açúcar no mercado interno*

As vendas de cana-de-açúcar são feitas em regime de parceria agrícola junto a sua controladora U.S.J. - Açúcar e Álcool S/A, sendo remunerada a preços definidos de acordo com o regulamento dos Negócios de Compra e Venda de Cana-de-açúcar no Estado de São Paulo, aprovado pelo Consecana – Conselho dos Produtores de Cana, Açúcar e Álcool de São Paulo.

6.2 Receita financeira e despesa financeira

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, pelo método dos juros efetivos.

6.3 Instrumentos financeiros

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, nesse caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

✓ 103 Hom

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à administração. As informações consideradas incluem:

As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração da Companhia;

Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e

A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

✓  

Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, com base na performance de um ativo).

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

✓ 103 Hom

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias da Companhia são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

6.4 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e

✓ 103 Agm

Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.
O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; e a probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado eram avaliados em cada data de balanço para determinar se havia evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor incluía:

Inadimplência ou atrasos do devedor;

✓ 

Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;

Indicativos de que o devedor ou emissor entrará em falência e/ou recuperação judicial;

Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;

O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras; ou

Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que se beneficiarão das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a essa UGC (ou grupo de UGCs) e, então, para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*.

6.5 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, e classificados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

✓ 103 Hom

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas, para os exercícios correntes e comparativos, são as seguintes:

Classe de imobilizado	Vidas úteis
Edifícios	40 anos
Terrenos e propriedades	0 ano

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

6.6 Propriedades para investimentos

As propriedades para investimentos são representadas por imóveis rurais mantidos para auferir rendimentos em arrendamento.

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados.

As propriedades para investimento em construção são reconhecidas pelo custo de construção até o momento em que entrem em operação ou quando a Companhia consiga mensurar com confiabilidade o valor justo do ativo.

O valor justo das propriedades para investimento não reflete os investimentos futuros de capital fixo que aumentem o valor das propriedades e não reflete os benefícios futuros relacionados derivados desses dispêndios futuros.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no exercício da baixa.

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou dessa conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso. Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar uma propriedade para investimento, a Companhia contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data da mudança no seu uso.

6.7 Imposto de renda e contribuição social

Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido a partir de 1º de janeiro de 2015. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social presumidos é calculada à razão de 8% no cálculo de imposto de renda e 12% no cálculo de contribuição social sobre a receita bruta proveniente da venda de cana-de-açúcar, e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Por esse motivo, não registraram

✓  

imposto de renda e contribuição social diferidos sobre determinadas diferenças temporárias que não impactam a base de cálculo do lucro presumido e não estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre a receita bruta tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo é compensado somente se alguns critérios forem atendidos.

7 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar tais normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

a) IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentarem fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia está avaliando o impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, demonstração dos fluxos de caixa e divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como “outros”.

b) Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

✓ 103 Hom

8 Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e bancos	2	2
	2	2

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos provenientes das contas de caixa, banco e aplicações financeiras com vencimentos inferiores a 90 dias da data de contratação, resgatáveis sem qualquer carência.

As aplicações financeiras quando existentes são de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, remuneradas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

A exposição da Companhia a riscos de taxas e a análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentadas na nota explicativa nº 15.

9 Contas a receber e outros recebíveis

	2025	2024
Outras vendas	90	90
Outras contas a receber da controladora (Nota explicativa nº 21.3)	12.578	13.079
	12.668	13.169
Circulante	-	90
Não circulante	12.668	13.079

10 Propriedades para investimento

Em 28 de novembro de 2016, a Companhia destinou propriedades rurais a propriedades para investimento, pelo entendimento dessas propriedades não serem mais operacionais, e apresentou essas propriedades para investimento a valor justo. A transferência dessas propriedades rurais do imobilizado para propriedades para investimento foi feita pelo custo histórico e avaliada a valor justo. A diferença do valor contábil para o valor justo foi contabilizada no Patrimônio líquido, sendo que qualquer mudança subsequente no valor justo já reconhecido será contabilizado na demonstração do resultado.

Em 29 de março de 2023, foram executados novos procedimentos de avaliação por empresa especializada e independente em avaliações mercadológicas. Foram utilizadas “Premissas e Disclaimers” baseadas nas tendências do mercado na região na qual os imóveis estão inseridos e suas principais características.

Em 31 de março de 2023 os imóveis foram avaliados ao valor de R\$ 211.673 (R\$ 204.629 em 31 de março de 2022), o que representou um ganho de R\$ 7.044, que foi contabilizado no resultado dos respectivos exercícios, conforme descrito a seguir.

	Propriedade para investimento
Saldos em 31 de março de 2023	211.673
Saldos em 31 de março de 2024	211.673
Saldos em 31 de março de 2025 (i)	211.673

✓ 

- (i) Em 31 de março de 2025 a Companhia obteve o Laudo de avaliação com base nos valores de mercado para venda das propriedades para investimento, e baseado nas tendências de mercado da região dos referidos imóveis neste exercício não verificou nenhuma alteração relevante nos seus valores.

10.1 Hierarquia do valor justo

O valor justo das propriedades para investimento foi determinado por empresa especializada independente, com qualificação profissional adequada, reconhecida e experiente na categoria da propriedade que foi avaliada.

A mensuração do valor justo de todas as propriedades para investimento foi classificada como Nível 2 com base nos *inputs* utilizados.

10.1.1 Técnicas de avaliação

A metodologia adotada na avaliação consistiu em uma análise das características físicas da propriedade e das diversas informações levantadas no mercado, que são devidamente tratadas a fim de determinar o valor do respectivo imóvel.

A metodologia aplicada é em função, basicamente, da natureza do bem avaliado, da finalidade da avaliação e da disponibilidade, qualidade e quantidade de informações colhidas no mercado. O processo de avaliação é concluído por meio da análise dos resultados provindos de cada método.

Quando mais de um método é utilizado, cada abordagem é julgada segundo sua aplicabilidade, confiabilidade, qualidade e quantidade de informações. O valor final da propriedade tanto pode corresponder ao valor de um dos métodos, quanto a uma correlação de alguns deles ou todos.

Método comparativo direto de dados de mercado: identifica o valor de mercado do bem por meio de tratamento técnico dos atributos dos elementos comparáveis, constituintes da amostra.

Método involutivo: identifica o valor de mercado do bem, alicerçado no seu aproveitamento eficiente, baseado em modelo de estudo de viabilidade técnico-econômica, mediante hipotético empreendimento compatível com as características do bem e com as condições do mercado no qual está inserido, considerando-se cenários viáveis para execução e comercialização do produto.

Método evolutivo: identifica o valor do bem pelo somatório dos valores de seus componentes. Caso a finalidade seja a identificação do valor de mercado, deve ser considerado o fator de comercialização.

Método da capitalização da renda: identifica o valor do bem, com base na capitalização presente da sua renda líquida prevista, considerando-se cenários viáveis.

Nessa avaliação, realizada por três peritos responsáveis, optou-se pela conciliação de valores do “Método comparativo direto de dados de mercado por tratamento de fatores” e o “Método comparativo direto de dados de mercado por regressão linear” para determinação do valor de compra ou venda.

11 Imobilizado

11.1 Custo e depreciação

Custo	Edifícios	Terrenos propriedades	Total
Saldos em 1º de abril de 2023	8	53.875	53.883
Saldos em 31 de março de 2024	8	53.875	53.883
Saldos em 31 de março de 2025	8	53.875	53.883

✓ *AG* *Hom*

Companhia Agrícola São Jerônimo
Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2025

Depreciação	Edifícios	Terrenos propriedades	Total
Saldos em 1º de abril de 2023	(7)	-	(7)
Saldos em 31 de março de 2024	(7)	-	(7)
Saldos em 31 de março de 2025	(7)	-	(7)
Valor contábil líquido			
Em 31 de março de 2024	1	53.875	53.876
Em 31 de março de 2025	1	53.875	53.876

11.2 Garantia

Os bens do ativo imobilizado que foram concedidos em garantia de operações de diversas naturezas para a controladora U.S.J. - Açúcar e Álcool S/A estão apresentados abaixo:

Modalidade do Financiamento	Garantia	Valores contábeis
Processos Jurídicos	Terrenos e Propriedades	53.792

12 Obrigações reestruturadas com credores

A Companhia esclarece que os créditos ainda não quitados permanecem sujeitos aos efeitos do Plano de Recuperação Judicial e serão pagos de acordo com os prazos determinados pelo Plano de Recuperação Judicial nos termos e condições já estabelecidos, que estão detalhados na nota explicativa nº 12.3.

12.1 Valor justo da dívida reestruturada com credores

A Companhia mensurou o valor justo da sua dívida no exercício findo em 31 de março de 2025 conforme a definição da NBC TG 48 (Instrumentos financeiros, reconhecimento e mensuração). Quando há modificação substancial nos termos do passivo financeiro existente, ou parte dele, a Companhia deve contabilizar a extinção do passivo financeiro original e reconhecer o novo passivo a valor justo. A diferença apurada entre esses passivos deve ser registrada no resultado do período de apuração.

12.2 Composição das obrigações reestruturadas por classe de credores

Classificação recuperação judicial	Saldo em 31 de março de 2024	Correção monetária provisionada	Saldo em 31 de março de 2025
Partes Relacionadas (Nota explicativa nº 21.3)	67	1	68
	67	1	68

	2025	2024
Obrigações reestruturadas com credores não circulante	68	67

12.3 Classes de credores

Credores Partes Relacionadas

Os Credores Partes Relacionadas puderam, alternativamente à forma de pagamento prevista neste Plano para os Credores Quirografários, optar, em até 7 dias corridos a contar da Homologação do Plano, mediante o envio de notificação às Recuperandas, com cópia para o Administrador Judicial, pela opção de pagamento prevista abaixo, sendo certo que o Credor que não se manifestar tempestivamente será pago de acordo com as condições de pagamento previstas nesse Plano para os Credores Quirografários.

✓ 

Os Credores Partes Relacionadas que elegerem essa opção serão pagos única e exclusivamente após a conclusão da Dação em Pagamento e conforme condições abaixo indicadas.

- (i) Sobre os Créditos detidos pelos Credores Partes Relacionadas, será aplicada correção monetária de acordo com a variação positiva da Taxa Referencial – TR, limitada a 3% (três por cento) ao ano, incidente desde a Data do Pedido até a data de pagamento;
- (ii) Não haverá pagamento de juros e amortização até a conclusão da Dação em Pagamento; e
- (iii) O pagamento poderá ocorrer em qualquer momento entre o período de carência e até 35 anos.

13 Provisão para demandas judiciais

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista, cível e ambiental. A administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avaliou a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determinou a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Com base na opinião dos assessores jurídicos, a Companhia possui litígios decorrentes de ações trabalhistas, fiscais ou cíveis com probabilidade de perda considerada possível no valor de R\$ 10.

14 Patrimônio líquido

14.1 Capital social

O capital social da Companhia está representado por R\$ 3.000, divididos em 12.646.929 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, em 31 de março de 2025.

14.2 Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Em 31 de março de 2025, o limite de 20% de reserva legal sobre o capital social foi atingido, por esse motivo, não foi constituído nenhum valor de reserva legal.

14.3 Reserva de reavaliação

Constituída em decorrência das reavaliações de bens próprios do ativo imobilizado, com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes, e vem sendo realizada mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem.

14.4 Ajuste de avaliação patrimonial

É composto pelo efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do pronunciamento técnico NBC TG 27, da interpretação técnica NBC TG 10 na data de transição e do pronunciamento técnico NBC TG 28 – Propriedades para investimento, deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos, e vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem.

14.5 Dividendos e distribuição de lucros acumulados

Os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado conforme disposto no Estatuto Social da Companhia, e demonstrado abaixo:

Descrição	2025	2024
Saldo de lucros acumulados (PL)	9.933	10.442
Base de cálculo – Representado pelo saldo de lucros acumulados	9.933	10.442
(-) Dividendos mínimos obrigatórios em 25%	(2.483)	(2.611)
Dividendos adicionais propostos	7.450	7.831

✓  

14.6 Reserva especial

Com base no artigo 202, § 4, da lei 6.404/76, a Companhia deixou de distribuir dividendos em exercícios anteriores, por serem incompatíveis com a situação financeira da Companhia à época, o que gerou um saldo de Reserva especial no valor de R\$ 50.988, que foi distribuído conforme AGOE de 28 de julho de 2023 no valor de R\$ 31.598 permanecendo um saldo de R\$ 19.390.

15 Instrumentos financeiros

15.1 Classificação contábil e valores justos

As tabelas a seguir apresentam os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

(i) Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando métodos de avaliação.

	Valor contábil			Total	Valor justo	
	Valor justo por meio de resultado	Custo Amortizado	Outros passivos financeiros		Nível 2	Total
Saldo em 31 de março de 2025						
Ativos financeiros mensurados ao valor justo						
Caixa e equivalentes de caixa	2	-	-	2	2	2
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo						
Contas a receber e outros recebíveis	-	12.668	-	12.668	-	-
Total	2	12.668	-	12.670	2	2
Outros passivos financeiros						
Obrigações reestruturadas com credores	-	-	68	68	-	-
Total	-	-	68	68	-	-

	Valor contábil			Total	Valor justo	
	Valor justo por meio de resultado	Custo Amortizado	Outros passivos financeiros		Nível 2	Total
Saldo em 31 de março de 2024						
Ativos financeiros mensurados ao valor justo						
Caixa e equivalentes de caixa	2	-	-	2	2	2
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo						
Contas a receber e outros recebíveis	-	13.169	-	13.169	-	-
Total	2	13.169	-	13.171	2	2
Outros passivos financeiros						
Obrigações reestruturadas com credores	-	-	67	67	-	-
Total	-	-	67	67	-	-

✓ 

15.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito (i);
- Risco de liquidez (ii); e
- Risco de mercado (iii).

Estrutura de gerenciamento de risco

Visando à mitigação de alguns fatores de risco, a Companhia instituiu um Comitê de Gestão de Riscos, que é um grupo multidisciplinar e multidepartamental com as seguintes funções e responsabilidades:

- Definir estratégias de proteção com metas claras e manuseáveis, bem como os limites de risco de acordo com os cenários e as condições financeiras da Companhia;
- Avaliar periodicamente a efetividade de todas as operações e promover alterações, quando necessário;
- Orientar, medir e cobrar a implementação de suas deliberações por parte dos operadores, estritamente dentro dos limites por eles estabelecidos;
- Analisar periodicamente os impactos dos resultados do negócio, especialmente no que corresponde a um movimento de dólares americanos, açúcar e demais *commodities*; e
- Reportar-se à Diretoria Estatutária sempre que convocado, prestando contas do racional das estratégias adotadas, que devem obrigatoriamente estar em linha com o objetivo definido nesse estatuto.

O Comitê de Gestão de Riscos da Companhia tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. A Diretoria da Companhia estabeleceu o Comitê de Gestão de Riscos como responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. O Comitê reporta regularmente à Diretoria da Companhia sobre suas atividades.

(i) Risco de Crédito

Risco de crédito é o risco em que a Companhia pode incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros na tabela abaixo representa a exposição máxima do crédito em 31 de março de 2025 e 31 de março de 2024.

	Nota	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	8	2	2
Contas a receber e outros recebíveis	9	12.668	13.169
		12.670	13.171

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detinha “Caixa e equivalentes de caixa” de R\$ 2 em 31 de março de 2025 (R\$ 2 em 31 de março de 2024). O “Caixa e equivalentes de caixa” é mantido com bancos e com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

Contas a receber e outros recebíveis

A Companhia possui reduzido risco de crédito, pois sua principal operação realizada foi a venda de ativos imobilizados, mais especificamente, a venda de imóveis rurais, cuja transferência do bem somente acontecerá na quitação da dívida.

✓ 

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia pode encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é a de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	Nota	2025	
		Fluxo de caixa	Mais de 1 ano
Obrigações reestruturadas com credores	12	68	68

	Nota	2024	
		Fluxo de caixa	Mais de 1 ano
Obrigações reestruturadas com credores	12	67	67

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes diferentes, por tratar-se de operações com partes relacionadas.

(iii) Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e dos demais insumos utilizados no processo de produção. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

16 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e seu respectivo valor contábil. A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos sobre os seguintes valores-base:

Passivo fiscal diferido	Saldo em 31 de março de 2023	Saldo em 31 de março de 2024	Saldo em 31 de março de 2025
Custo atribuído	(20.342)	(20.342)	(20.342)
Propriedade para Investimento	(63.794)	(63.794)	(63.794)
	<u>(84.136)</u>	<u>(84.136)</u>	<u>(84.136)</u>
Efeito líquido	<u>(84.136)</u>	<u>(84.136)</u>	<u>(84.136)</u>

✓ 

Companhia Agrícola São Jerônimo
Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2025

	2025		2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Cálculo do IRPJ e CSLL pelo lucro presumido				
Receita bruta de vendas de cana-de-açúcar	10.921	10.921	11.382	11.382
Alíquotas da presunção	8%	12%	8%	12%
	<u>874</u>	<u>1.311</u>	<u>911</u>	<u>1.366</u>
Outras receitas utilizadas 100% na base	20	20	180	180
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social	894	1.331	1.091	1.546
Alíquotas vigentes aplicadas sobre a base de cálculo	15%	9%	15%	9%
Total de IRPJ e CSLL	<u>134</u>	<u>120</u>	<u>164</u>	<u>139</u>
Alíquota adicional de IRPJ (10%)	<u>63</u>	<u>-</u>	<u>86</u>	<u>-</u>
Total de IRPJ e CSLL presumidos	<u><u>197</u></u>	<u><u>120</u></u>	<u><u>250</u></u>	<u><u>139</u></u>
Total de IRPJ e CSLL presumidos no resultado do exercício	<u><u>317</u></u>		<u><u>389</u></u>	

A Companhia optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido a partir de 1º de janeiro de 2015.

17 Receita operacional líquida

Veja políticas contábeis na nota explicativa nº 6.1.

a. Fluxos da receita

A receita operacional líquida da Companhia é composta pela parceria agrícola, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

Abaixo é reproduzida a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração do resultado do exercício:

	2025	2024
Venda de cana-de-açúcar (Nota explicativa nº 21.3)	10.921	11.382
(-) Impostos sobre vendas e serviços	<u>(223)</u>	<u>(233)</u>
Total da receita contábil	<u><u>10.698</u></u>	<u><u>11.149</u></u>

18 Administrativas e gerais

	2025	2024
Despesa com pessoal	45	42
Serviços de terceiros	15	27
Auditoria, consultoria e assessoria	22	21
Impostos, taxas e multas	207	188
Serviços compartilhados com a controladora (Nota explicativa nº 21.3)	<u>220</u>	<u>95</u>
	<u><u>509</u></u>	<u><u>373</u></u>

✓ 

19 Outras receitas (despesas) operacionais

	2025	2024
Receita de aluguel e arrendamento	3	-
Outras receitas eventuais	-	4
Outras receitas operacionais	3	4
Custo na alienação de investimento (i)	(17)	-
Outras despesas operacionais	(17)	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(14)	4

(i) O Valor de R\$ 17 refere-se ao custo na alienação do investimento em coligada que a Companhia possuía sobre a USJ Mineração e Comércio Ltda.

20 Financeiras líquidas

	2025	2024
Receitas financeiras		
Variação monetária ativa	76	153
	76	153
Despesas financeiras		
Juros e demais operações	-	(1)
Variação monetária passiva	(1)	(101)
	(1)	(102)
Resultado financeiro líquido	75	51

21 Partes relacionadas

21.1 Controladora final

A Companhia é controlada da U.S.J. – Açúcar e Alcool S/A (88,27%) e controlada indireta da USJ - Administração e Participações S/A (87,59%).

21.2 Operações de Diretores e pessoal-chave da administração

A administração da Companhia Agrícola São Jerônimo é eleita anualmente por ocasião da Assembleia Geral Ordinária. Em 26 de julho de 2024, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, foi realizada a eleição dos diretores da Companhia com mandato até a próxima Assembleia Geral Ordinária, sendo designados um Diretor Presidente e um Diretor Vice-presidente. Também ficou estabelecido o teto da remuneração global no montante de R\$ 50, podendo este ser superior em até quarenta por cento para o período remanescente.

O montante referente à remuneração do pessoal-chave da administração durante o exercício encerrado em 31 de março de 2025, a título de benefícios de curto prazo, foi de R\$ 37 (R\$ 35 em 2024). A Companhia não concede ao pessoal-chave da administração benefícios com características de longo prazo.

✓  

21.3 Principais saldos e transações que afetaram o resultado

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2025 e 2024, assim como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios, decorrem de transações da Companhia e seus acionistas, conforme demonstrado a seguir:

	2025	2024
Ativo circulante		
Contas a receber e outros recebíveis (Nota explicativa nº 9)		
U.S.J. – Açúcar e Álcool S/A (i)	12.578	13.079
Passivo circulante		
Obrigações reestruturadas com credores (Nota explicativa nº 12.2)		
U.S.J. – Açúcar e Álcool S/A (ii)	(68)	(67)
	12.510	13.012

- (i) Do montante de R\$ 12.578 (R\$ 13.079 em 31 de março de 2024), refere-se obrigações reestruturadas a receber da Controladora.
- (ii) O montante de R\$ 68 (R\$ 67 em 31 de março de 2024) é referente a obrigações reestruturadas de longo prazo a pagar a Controladora.

	Transações que influenciaram o resultado	
	2025	2024
Vendas de Cana-de-açúcar (Nota explicativa nº 17.a)		
U.S.J. - Açúcar e Álcool S/A (a)	10.921	11.382
Despesas compartilhadas (Nota explicativa nº 18)		
U.S.J. - Açúcar e Álcool S/A	(220)	(95)
	10.701	11.287

- (a) Referente à receita de parceria agrícola, em que o cálculo do preço da cana para fins de pagamento de parcerias se baseia no valor do ATR precificado pela metodologia da Consecana, utilizando o *mix* de produtos e preços praticados pela U.S.J. – Açúcar e Álcool S/A. Esse valor sofre ajuste conforme o prazo contratual, volume de produção, capacidade de irrigação, viabilidade de produção de cana orgânica, extensão da fazenda, distância, qualidade do solo, relevo e interesse estratégico, tais condições específicas foram devidamente negociadas entre as partes.

✓ 103 Hom

Companhia Agrícola São Jerônimo
Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2025

A Diretoria

Thomas Ometto Budoya
Diretor – Presidente

Lucas Ometto Budoya
Diretor – Vice-presidente

André Guilherme Pirozzi Buosi
Contador
CRC – 1SP334721/O-0

✓

AGB

Tom

Protocolo das Assinaturas do Documento

Este documento acima foi assinado em formato eletrônico no Portal de Assinaturas RRSIGN pelas PARTES abaixo relacionadas, tendo sua validade jurídica nos termos da Medida Provisória 2.200-2/2001 e artigos 104 e 107 do Código Civil Brasileiro.

Informações do Documento

Título do Documento: **DF - Companhia Agrícola São Jeronimo 31-02-25**

Hash do Documento Original SHA256: **23392fe434466c10c996b538ebaf6e585012f034e216f5155a89cee618f64d7e**

Data do Envio para Assinatura: **11/06/2025 - 10:49:04**

Data da Finalização das Assinaturas: **11/06/2025 - 16:20:52**

Termo de Concordância

Para que fosse realizada a assinatura do documento, todos os Signatários declararam estar "De Acordo" com esta forma de assinatura.

Termo de Concordância: Declaro estar ciente e de acordo com o "Termo de Concordância com Assinatura de Documento por Meio Eletrônico", reconhecendo a validade jurídica desta modalidade de assinatura para todos os fins de direito.

Acesse o Termo em: <https://rrsign.com.br/termo-de-concordancia/>

Validação do Documento

Para validar que o documento foi assinado no RRSIGN | Portal de Assinaturas, acesse o validador no link abaixo, utilizando a chave do documento, ou leia o QR Code.

Validador: <https://portal-usj.rrsign.com.br/validador>

Chave do Documento: 17ab10349f85b7d33021e9f7e4fa776e



Relação dos Signatários e Evidências Coletadas

Nome: André Guilherme Pirozzi Buosi

CPF: 303.020.***-**

Posição: CONTADOR

Tipo de Assinatura: Assinatura Eletrônica Simples

E-mail: ab****@usj.com.br

Forma de Autenticação: Login para Acesso ao Documento

Geolocalização: Localização não autorizada.

IP: 177.52.106.58

Trilha de Auditoria:

Data/Hora Envio do Documento: 11/06/2025 10:49:04

Data/Hora último Reenvio: -

Data/Hora Visualização: 11/06/2025 10:50:51

Data/Hora Assinatura: 11/06/2025 10:51:28

Assinatura

André Guilherme Pirozzi Buosi

Rubrica

✓

Nome: LUCAS OMETTO BUDOYA

CPF: 366.497.***-**

Posição: DIRETOR VICE PRESIDENTE

Tipo de Assinatura: Assinatura Eletrônica Simples

E-mail: lu***@usj.com.br

Forma de Autenticação: Login para Acesso ao Documento

Geolocalização: Latitude: -22.425230026816635 Longitude: -47.35924583126988 Accuracy: 116

IP: 177.52.106.58

Trilha de Auditoria:

Data/Hora Envio do Documento: 11/06/2025 10:51:29

Data/Hora último Reenvio: -

Data/Hora Visualização: 11/06/2025 14:51:31

Data/Hora Assinatura: 11/06/2025 14:51:40

Assinatura

LUCAS OMETTO BUDOYA

Rubrica

LOB

Nome: THOMÁS OMETTO BUDOYA

CPF: 395.255.***-**

Posição: DIRETOR PRESIDENTE

Tipo de Assinatura: Assinatura Eletrônica Simples

E-mail: th****@usj.com.br

Forma de Autenticação: Login para Acesso ao Documento

Geolocalização: Latitude: -22.425209891894934 Longitude: -47.35929038318864 Accuracy: 98

IP: 177.52.106.58

Trilha de Auditoria:

Data/Hora Envio do Documento: 11/06/2025 14:51:41

Data/Hora último Reenvio: -

Data/Hora Visualização: 11/06/2025 16:18:44

Data/Hora Assinatura: 11/06/2025 16:20:52

Assinatura

THOMÁS OMETTO BUDOYA

Rubrica

Tom